

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Temos a intenção de entrar com recurso devido o descumprimento da SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Onde estão os documentos para avaliação dos concorrentes??

[Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Processo Administrativo Licitatório nº: 00189.802023.5.05.8000.
Pregão Presencial nº 015/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em realização de eventos que incluam os serviços de recepcionistas, cerimonialistas, garçons, receptivo em aeroporto, cobertura fotográfica, filmagem digital em alta definição, transmissão simultânea com recursos de áudio e de vídeo, configuração de transmissões simultâneas ao vivo nos canais do Tribunal nas redes sociais, locação de equipamentos de som, estrutura de "box truss", confecção e instalação de painel em lona, painel de LED, telão, projetor, monitor de retorno, fornecimento de arranjos florais entre outros, a serem utilizados em eventos realizados pelo Tribunal, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Ilmo Sr Pregoeiro do Tribuna Regional Eleitoral da Bahia

A FORUM EVENTOS, inscrita no CNPJ Nº 13.020.511/0001-17, com sede na cidade de Salvador- Bahia, ora representada pela Sra Kátia Lorena Lacerda Barbosa, CPF Nº 385.545.345-49, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Salvador, vem tempestivamente interpor recurso face a decisão de declarar vencedora a empresa Startup CNPJ: 34.858.075/0001-20, cujo certame teve início dia 19 de abril de 2023, no site comprasnet.gov.

DAS RAZÕES DO RECURSO.

Na SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, do edital em questão , prevê nos itens 2.1 ao 2.4 o cumprimento do Decreto 10.024/2019. Ainda no referido Edital na SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, nos itens 4.1 e 4.1.1, reforçam a exigência de envio da documentação e proposta exclusivamente através do sistema, desde o momento de cadastramento da proposta , antes do início da disputa.

A empresa STARTUP Produções e Consultoria, declarada vencedoras de vários lotes , cuja a inserção da proposta no sistema se deu dia 18 de abril as 21h32min, conforme anexos de proposta e documentação, anexado na ATA publicada no site gov.br, demonstra que não existiu a inserção dos documentos.

Dentro do sistema de licitação gov.br, pode-se observar que a grande maioria dos participantes, enviaram os documentos de habilitação e proposta e cujo acesso para conferência estava disponível para todos os licitantes de cada grupo respectivo, no entanto esta empresa , sagrada vencedora, não apresentou documentação no sistema, impedindo o acesso dos concorrentes a conferência dos seus documentos.

Desde o dia 28 de outubro de 2019, data de início da vigência do Decreto nº 10.024, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de setembro de 2019, passa a incidir uma nova regulamentação para as licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal.

Com base na nova regulamentação, o processamento do pregão eletrônico deverá observar etapas sucessivas, de sorte que a etapa de "apresentação de propostas e de documentos de habilitação" ocorre antes das etapas de "abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva" e de "habilitação":

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I – planejamento da contratação;

II – publicação do aviso de edital;

III – apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV – abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V – julgamento;

VI – habilitação;

VII – recurso;

VIII – adjudicação; e

IX – homologação.

Diferentemente do que ocorria na vigência do Decreto nº 5.450/2005, em que somente o licitante que apresentou a proposta mais vantajosa enviava documentos de habilitação que não estavam disponíveis no Sicaf no momento em que se iniciava a etapa de habilitação, de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, o envio desses documentos passa a ser prévio, quando do cadastramento da proposta no sistema eletrônico. Assim, todos os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico suas propostas e seus documentos de habilitação.

art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Fica claro, então, o dever de todos os licitantes interessados em participar do certame encaminhareм previamente, por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos pelo edital, quando da apresentação de suas propostas. O § 2º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei Federal nº 8.666/1993 ser "facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação/Pregoeiro em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Note-se, portanto, que a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório independente de previsão em edital, sendo decorrente dos princípios da Administração Pública e da própria disposição legal contida no art. 43, §3º, da Lei Geral de Licitações.

As diligências têm por escopo, portanto:

1) o esclarecimento de dúvidas;

2) obtenção de informações complementares; 3

3) saneamento de falhas (vícios e/ou erros).

Mas não para inclusão de documentos que deveria estar inserido no sistema até o momento do início do certame.

Como foi feita a conferência de habilitação da empresa vencedora, uma vez que os únicos documentos anexados no sistema, foi a proposta inicial e um atestado do IFBA, quando da solicitação do Pregoeiro?

A proposta retificada ao valor final ofertado, foi encaminhada por onde? Quanto tempo após a convocação foi encaminhada esta proposta? Será que foi cumprido o prazo editalício?

CRC em anexo

DO PEDIDO

Apesar de reconhecer a competência e honestidade do servidores do TRE-BA, foram apresentadas razões pelas quais demonstram decisão equivocada por parte do Pregoeiro, ao declarar vencedora uma empresa que descumpriu as exigências do Edital, inclusive, mesmo tendo declarado em sistema ter total conhecimento do Edital, não cumpriu as normas da Lei que o rege.

Aqui solicito a devida reparação, desclassificando a empresa STARTUP Produções e Consultoria, passando a convocar o licitante na ordem de classificação para a respectiva apresentação da proposta ajustada.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias.

O principal artigo da norma geral de licitação referente à vinculação ao ato convocatório é o art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

CONCLUSÃO:

Faça as razões apresentadas, requer a Recorrente que seja recebido o presente recurso, para o fim de que, em juízo de retratação, o Ilustre Pregoeiro, DESCLASSIFIQUE/INABILITE a licitante STARTUP Producoes e Consultoria , por desatendimento a exigências do edital, aplicando-se as sanções pertinentes.

Não havendo retratação, seja o recurso remetido à Autoridade Superior , a fim de que essa lhe dê provimento

Salvador, 28 de abril e 2023

Katia Lorena Lacerda Barbosa

Katia Lorena Lacerda Barbosa – Representante Legal

Forum Eventos Eireli- EPP – CNPJ: 13.020.511/0001

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

CONTRARRAZÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - TRE

Prezado Sr. Pregoeiro,

Excelente dia!

Tendo em vista a apresentação do recurso da empresa FÓRUM EVENTOS, viemos por meio deste apresentar a nossa CONTRARRAZÃO para compor o processo, ainda que não tenhamos visto necessidade de apresentação devido à clareza das informações editalícias.

Como é sabido por todos, as empresas tem a opção de não apresentação dos documentos já incluídos no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme abaixo:

11.2. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme § 2º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
(retirado do edital, SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO).

Em resposta ao questionamento a seguir: "A proposta retificada ao valor final ofertado, foi encaminhada por onde? Quanto tempo após a convocação foi encaminhada esta proposta? Será que foi cumprido o prazo editalício?"

Resposta: A proposta retificada ao valor final foi anexada em sistema logo em seguida à solicitação do pregoeiro e abertura de campo próprio.

Vistos os fatos acima, não sabemos se a empresa que apresentou os recursos por falta de leitura no edital ou arbitrariamente em busca da sua classificação.

De qualquer modo, requeremos o não provimento do recurso e o prosseguimento do processo de adjudicação dos itens ganhos.

Salvador/BA, 01 de maio de 2023.

Rafaela Alencar Montes
SÓCIA ADMINISTRADORA
STARTUP SOLUÇÕES E CONSULTORIA LTDA
34.858.075/0001-20

Fechar